

PFL garante que Senado aprova projeto da dívida

Josemar Gonçalves 01.02.88

O presidente Fernando Collor de Mello ouviu ontem dos senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC), Marco Maciel (PFL-PE), Affonso Camargo (PTB-PR) e Guilherme Palmeira (PFL-AL) que o plenário do Senado aprovará, com tranqüilidade e sem alterações, o projeto que fixa critérios para a negociação da dívida externa, sem criar embaraços para o governo. A proposta, que foi aprovada em forma de Projeto de Resolução pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, anteontem, deverá ir a plenário na próxima semana e, segundo os senadores — que almoçaram ontem com o Presidente e o ministro da Justiça Jarbas Passarinho na casa de Bornhausen — tem boas chances de passar por unanimidade.



Bornhausen e Maciel afirmaram a Collor que Senado lhe dará mais apoio na próxima legislatura

O Presidente foi ao encontro levado pelo senador Guilherme Palmeira, o único candidato a receber seu apoio explícito nessas eleições em Alagoas, para ouvir um relato completo de como se processou a negociação do projeto que acabou dando ao governo parâmetros que reforçam a posição do embaixador Jório Dauster (o negociador da dívida) diante dos credores. No almoço — salada de lagosta, camarão com queijo catarinense, medallão e de sobremesa — falou-se também de política, mas o grande assunto foi mesmo a dívida. O senador Marco Maciel contou que o Presidente ressaltou bastante e com satisfação, o fato de os critérios para a negociação terem sido aprovados pela oposição (a proposta é de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB).

Negociação

“Ele lembrou que no passado não havia consenso entre os parlamentares sobre a questão, pois o presidente da República pensava uma coisa e o Congresso outra”, relatou Maciel. Segundo ele, o Presidente admitiu que a negociação será difícil, mas considerou que a aprovação dos parâmetros pelo Congresso dá respaldo ao negociador e desautoriza qualquer modificação na proposta, “porque ela não foi feita, uma pessoa, por um grupo, mas pela Nação, representada pelo Congresso”. O Presidente ficou especialmente satisfeito com a atuação de Jorge Bornhausen, que conseguiu excluir a cláusula que obrigava os credores a estender ao

Brasil qualquer vantagem concedida aos devedores.

“Essa cláusula revelava a boa intenção de quem elaborou, mas trazia um problema concreto, uma vez que a proposta brasileira é inovadora e os credores poderiam criar resistência em negociá-la, por serem obrigados a estendê-la a outros países devedores”, disse Bornhausen. Ele informou ao presidente ter sido alertado disso por dois oposicionistas: os senadores Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Maurício Corrêa (PDT-DF).

Blocos

Os participantes do encontro negaram que entre os assuntos tenha sido tratado o da formação de blocos parlamentares de apoio ao governo no Congresso. Mas, uma hora depois, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, dava uma entrevista dizendo que o governo considera muito mais factível a formação de blocos no Senado do que na Câmara. Passarinho disse ainda que possivelmente o governo inicie articulações para formar esse bloco em breve.

Perguntado sobre a data do começo dessa articulação, Passarinho brincou: “Quem sabe eu não

começo a trabalhar nisso daqui a uma hora?”. A formação de um bloco na Câmara é mais difícil porque, pelo Regimento, implicaria no desaparecimento das lideranças partidárias. Por isso, o governo prefere fazer a tentativa inicial pelo Senado.

Depois do almoço, os senadores contaram que o Presidente estava muito preocupado em desmentir a notícia de que teria dito ao presidente português, Mário Soares, que desejaria permanecer na presidência por mais cinco anos além deste mandato. Sobre as eleições estaduais afirmou que não tem “do que reclamar”, porque a maioria dos governadores eleitos o apóia. De acordo com o ministro Passarinho, o Presidente estava também interessado em ouvir a opinião dos senadores sobre a formação do novo Congresso para ver como está a situação do governo nesse contexto. Os senadores informaram ao Presidente que a situação é favorável, de um modo geral, e anotaram que no Senado a situação, que atualmente é duvidosa, é na maioria das vezes desfavorável ao governo, na próxima legislatura será muito mais confortável.

Passarinho já tenta blocos

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, começa seu trabalho de articulador político do Governo, tentando formar um bloco de apoio ao presidente da República dentro do Senado, onde, segundo disse, o Regimento permite que este trabalho seja feito.

Já na Câmara, conforme o ministro, esse bloco partidário não poderá ser viabilizado “porque o Regimento da Câmara não contempla” este tipo de acordo, já que, segundo observou, “o líder fala, mas não tem por trás a bancada do partido”.

Por isso, acatando sugestão de deputados com os quais conversou, Passarinho adiantou que a solução para resolver o problema de apoio ao Governo na Câmara poderá ser o da fusão de partidos. “A Constituição tornou isso possível”, afirmou.

O novo ministro da Justiça pretende começar logo a trabalhar para a formação do bloco partidário no Senado, mas não acredita que na Câmara possa chegar a uma solução a curto prazo.